

# **Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto sediadas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil: um estudo com base nos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU**

**André Aroldo Freitas de Moura** (UFC) - andrearoldo2@hotmail.com

**Fernando Saulo Pinheiro do Nascimento** (UFC) - fsaulo\_pn@hotmail.com

**Márcia Martins Mendes De Luca** (UFC) - marcia@mmconsultoria.srv.br

## **Resumo:**

*O Guia de Elaboração de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais, da ONU, lançado em 2008, apresenta dezesseis indicadores distribuídos em seis grupos: Comércio, investimentos e outros aspectos a eles relacionados; Criação de emprego e práticas laborais; Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos; Saúde e segurança; Governo e contribuições à comunidade; e Corrupção (UNITED NATIONS, 2008). O estudo tem por objetivo geral investigar a evidenciação voluntária de informações sociais de empresas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro (BM&FBovespa), segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa contidos no Guia da ONU. O exame do disclosure social voluntário das empresas baseou-se na Análise de Conteúdo. Para identificação da região que, segundo as empresas pesquisadas, detém o maior nível de evidenciação, fez-se uso da análise descritiva dos dados e de teste de média. Os resultados demonstram que os indicadores mais evidenciados são aqueles exigidos pela legislação vigente no país, contrariando a ideia da evidenciação social voluntária, e que os indicadores menos evidenciados são os de caráter não financeiro. Levando-se em conta que as empresas do Sudeste e do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram como mais evidenciados e menos evidenciados, idênticos conjuntos de indicadores, pode-se dizer que as empresas analisadas, independentemente da localização, possuem semelhantes características de evidenciação. O teste de média demonstrou que as empresas da região Sudeste possuem nível de evidenciação mais significativa que o das empresas do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.*

**Palavras-chave:** *Evidenciação. Responsabilidade social. Indicadores sociais*

**Área temática:** *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

## **Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto sediadas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil: um estudo com base nos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU**

### **RESUMO**

O Guia de Elaboração de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais, da ONU, lançado em 2008, apresenta dezesseis indicadores distribuídos em seis grupos: Comércio, investimentos e outros aspectos a eles relacionados; Criação de emprego e práticas laborais; Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos; Saúde e segurança; Governo e contribuições à comunidade; e Corrupção (UNITED NATIONS, 2008). O estudo tem por objetivo geral investigar a evidenciação voluntária de informações sociais de empresas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro (BM&FBovespa), segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa contidos no Guia da ONU. O exame do *disclosure* social voluntário das empresas baseou-se na Análise de Conteúdo. Para identificação da região que, segundo as empresas pesquisadas, detém o maior nível de evidenciação, fez-se uso da análise descritiva dos dados e de teste de média. Os resultados demonstram que os indicadores mais evidenciados são aqueles exigidos pela legislação vigente no país, contrariando a ideia da evidenciação social voluntária, e que os indicadores menos evidenciados são os de caráter não financeiro. Levando-se em conta que as empresas do Sudeste e do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram como mais evidenciados e menos evidenciados, idênticos conjuntos de indicadores, pode-se dizer que as empresas analisadas, independentemente da localização, possuem semelhantes características de evidenciação. O teste de média demonstrou que as empresas da região Sudeste possuem nível de evidenciação mais significativa que o das empresas do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

**Palavras-chave:** Evidenciação. Responsabilidade social. Indicadores sociais.

**Área Temática:** Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social

### **1. INTRODUÇÃO**

O processo decisório deve ter como suporte um conjunto de informações contábeis que retratem a real situação da empresa. Assim, a discussão acerca da extensão das informações voluntárias, sobretudo de natureza social, gera dúvidas sobre o que e quanto deve ser divulgado, devido à inexistência de parâmetros previamente definidos (VANSTRAELEN; ZAZERSKI; ROBB, 2003).

As empresas interessadas em atrair novos investidores e aumentar o nível de confiança junto aos mercados, sobretudo aqueles mais exigentes, passaram a divulgar informações adicionais acerca da gestão empresarial e ações de responsabilidade social e ambiental, indo além das exigências legais. Dessa maneira, surgem as informações voluntárias de natureza financeira, bem como aquelas de natureza não financeira, incluindo-se aí as informações sociais.

Cabe ressaltar que as informações voluntárias geradas pelas empresas não obedecem a parâmetros mínimos de divulgação, o que dificulta a sua análise comparativa, sobretudo de avaliar se a alocação dos recursos econômico-financeiros agregou valor à empresa, principalmente aqueles não destinados à atividade operacional.

A assimetria das informações geradas com base em diferentes práticas contábeis acarreta dificuldade de comparação entre empresas, promovendo um desafio à comunidade

acadêmica e organismos responsáveis pelo processo de análise das informações, para que se alcance um dos objetivos primordiais da Contabilidade: ajudar os usuários a predizerem os fluxos de caixa futuros (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; GLAUTIER; UNDERDOWN, 1994).

A divulgação de informações de natureza social, abrangendo os segmentos socioeconômico e ambiental, pode ter caráter qualitativo e quantitativo, e visa mostrar, a colaboradores, parceiros internos e externos e à sociedade, as ações da empresa relacionadas aos projetos voltados para a proteção do meio ambiente. Geralmente, essa divulgação se dá por meio de um documento denominado Balanço Social ou do Relatório de Sustentabilidade Empresarial, embora não haja um consenso sobre o modelo ideal e seu conteúdo.

Diversos países utilizam modelos próprios de relatório, cujos conteúdos, embora não sejam conflitantes, muitas vezes enfatizam determinados aspectos em detrimento de outros, havendo, por exemplo, nações que priorizam os aspectos ambientais, enquanto outras destacam as relações de trabalho e projetos voltados para as comunidades.

No Brasil, as empresas utilizam em maior proporção o modelo de Balanço Social do Instituto de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). No exterior, apesar da diversidade de modelos de relatório social, destaca-se aquele desenvolvido pela Iniciativa Global para a Apresentação de Relatórios (GRI, do inglês *Global Reporting Initiative*). Ainda em âmbito internacional, em 2008, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou o Guia de Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa, que recomenda a divulgação de determinados indicadores nos relatórios anuais das empresas (OLIVEIRA *et al*, 2009).

Ressalta-se que, no Brasil, as empresas não são obrigadas a evidenciar informações de natureza social, exceto as sociedades anônimas de capital aberto que são obrigadas a evidenciar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que é um demonstrativo também de natureza social. No entanto, a DVA evidencia poucas informações dessa natureza, comparando-se, por exemplo, com o que é exigido pelo guia da ONU. Por essa razão, a evidenciação voluntária de tais dispositivos pode representar um diferencial de informação para orientar decisões de investidores, já que informações voluntárias sobre a responsabilidade social corporativa podem, dentre outros aspectos, favorecer a redução da assimetria informacional, aumentando a qualidade informacional das demonstrações contábeis.

Dentre as razões para tal evidenciação voluntária destacam-se a melhoria da imagem institucional da empresa, a redução do custo de capital e maior liquidez da ação no mercado acionário, em decorrência da redução da assimetria informacional. Gestores mais comprometidos com a responsabilidade social corporativa valorizam a evidenciação diferenciada, em busca da eficiência informacional. Segundo Diamond e Verrechia (1991), os benefícios da boa evidenciação são mais percebidos por empresas maiores. Hossain (2008) corrobora esse argumento, entendendo que gestores de grandes empresas tendem a acreditar mais nos benefícios do *disclosure*, comparativamente a gestores de pequenas companhias.

Nesse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de evidenciação voluntária de informações sociais pelas empresas de capital aberto listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro (BM&FBovespa), segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa contidos no Guia da ONU?

Para responder à questão de pesquisa, desenvolve-se o presente estudo com o objetivo geral de investigar a evidenciação voluntária de informações sociais de empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa contidos no Guia da ONU.

A pesquisa delinea-se no estudo das informações do exercício de 2008 das empresas listadas na BM&FBovespa com sedes localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e nas maiores empresas da região Sudeste, segundo o Ativo Total. Assim, dentre as empresas

listadas na BMF&Bovespa, a pesquisa analisa todas as das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, compreendendo 41 companhias, e as 41 maiores da região Sudeste.

Levando-se em conta o elevado grau de desenvolvimento da região Sudeste e, conseqüentemente, das empresas ali sediadas, investiga-se ainda se há diferença entre os níveis de evidenciação voluntária de informações sociais, segundo o Guia da ONU, comparando-se os dois citados grupos de empresas. As informações sociais voluntárias das empresas são pesquisadas de acordo com os 16 indicadores consignados no Guia da ONU. Os indicadores são analisados segundo a abrangência de evidenciação das informações: total, parcial e nula.

O presente estudo justifica-se na medida em que nos últimos anos as empresas vêm alocando crescentes recursos em projetos sociais e ambientais (PELIANO *et al*, 2002) e a Contabilidade tem se tornado mais relevante ao divulgar tais ações de forma tempestiva.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Evidenciação Voluntária**

A decisão pela divulgação de uma informação está relacionada aos princípios de justiça, equidade e verdade (SCOTT, 1941). Espera-se, portanto, que as empresas divulguem, junto a todos os *stakeholders*, informações sobre o seu patrimônio, incluindo os fatos que poderão alterá-lo (valor preditivo da informação). Dessa forma, estarão alinhadas aos princípios definidos por Scott (1941).

De uma maneira geral, espera-se também que o *disclosure* das empresas extrapole o requerido por lei. O *disclosure* voluntário é, pois, aquele que excede o recomendado em lei, decorrente de decisão de gestores ou controladores por divulgar informações adicionais destinadas a influenciar decisões dos usuários (MEEK; ROBERTS; GRAY, 1995).

A chamada Teoria da Divulgação constituiu importante campo de estudo da Contabilidade nas duas últimas décadas do século XX. Tem como principal objetivo explicar o fenômeno da divulgação das informações das empresas. Segundo Verrecchia (2001), a Teoria da Divulgação pode ser dividida em três segmentos: divulgação baseada na associação, divulgação baseada em julgamento e divulgação baseada na eficiência. Dye (2001) defende a premissa de que a entidade divulgará somente informações favoráveis, sendo esse fenômeno denominado Teoria da Divulgação Voluntária.

Segundo Dye (2001), a omissão de variáveis relevantes favorece a inferência de ocultação de aspectos negativos, afetando, significativamente, a credibilidade das informações prestadas. Salienta-se, então, que a empresa deve ter compromisso com a completa e voluntária divulgação de informações de cunhos socioeconômico e ambiental, como forma de conquistar legitimidade perante a sociedade, já que as informações obrigatórias recebem tratamento semelhante.

As informações sociais divulgadas de maneira não obrigatória ganham espaço à medida que o investidor tem a oportunidade de obter mais informações sobre a empresa. Anderson e Frankle (1980, p. 475) entendem que a evidenciação social de modo voluntário pode ser associada ao retorno favorável pela informação, muito embora esse fato não seja corroborado em outras pesquisas (RICHARDSON; WELKER; HUTCHINSON, 1999; RICHARDSON; WELKER, 2001).

Apesar de sua contribuição para o processo decisório, a informação voluntária acarreta custos para as organizações, como, por exemplo, aqueles relacionados a preparação e auditoria das informações, segundo Leuz e Wysocki (2008). Entretanto, a divulgação voluntária, por si só, não acarreta alguns tipos de custos, como, por exemplo, o da regulação, favorecendo o que Vanstraelen, Zazerski e Robb (2003) comentam ao defender o aumento da competitividade das organizações por meio da elevação do nível de qualidade das informações divulgadas.

## 2.2 Informações Sociais

A elaboração e divulgação sistemática de relatórios demonstrando atividades relacionadas à responsabilidade social corporativa, seja no âmbito interno, seja no externo, atende ao princípio do aumento de bem-estar citado por Hendriksen e Van Breda (1999), haja vista que tais informações relacionam-se às ações voltadas para o bem-estar social, evidenciando, assim, sua percepção acerca da responsabilidade social.

Ramanathan (1976) entende que a empresa deve ter uma noção muito clara da extensão de sua responsabilidade social, para que se definam com maior clareza os limites de sua atuação, garantindo-se, assim, maior consistência às informações evidenciadas. Torna-se necessário facilitar a avaliação por todos os usuários, mediante informações relevantes acerca dos propósitos da empresa, políticas, programas, desempenho e grau de contribuição de seus projetos sociais.

Dessa forma, os relatórios de divulgação sociais das empresas constituem instrumentos de gestão e de informação capazes de evidenciar os resultados das organizações nas áreas socioeconômica e ambiental, tanto para fins internos como para públicos externos. São os chamados Relatório Social, Relatório de Sustentabilidade ou Balanço Social.

Os modelos de Balanço Social observam uma estrutura básica semelhante nos diversos países onde o instrumento é adotado, apresentando, no entanto, algumas variações, de acordo com as características internas de cada nação. No Brasil, há duas organizações responsáveis por incrementar e estimular a publicação de relatórios sociais: o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Além dos modelos nacionais, ressalta-se a contribuição mundial da Global Reporting Initiative (GRI). A GRI resulta de um grande esforço internacional, envolvendo empresas e organizações da sociedade civil, dirigido ao estabelecimento consensual de normas e padrões para orientar a elaboração de relatórios de sustentabilidade empresarial. O Instituto Ethos participa ativamente da GRI e recomenda a adoção desse padrão no país, atualmente na versão G3, e que tem por objetivo atender às expectativas dos diversos usuários de relatórios de sustentabilidade, apresentando indicadores em três dimensões: econômica, ambiental e social (INSTITUTO ETHOS, 2007).

De acordo com o Ethos (2007), é comum no país a preocupação das empresas com a elaboração de seu Balanço Social seguindo o modelo da GRI, sendo, no entanto, mais utilizado o modelo do Ibase. Nesse modelo, são divulgadas as atividades sociais das entidades, em forma de tabela, facilitando comparações entre as empresas no tocante às ações de responsabilidade social e ambiental. O modelo de Balanço Social lançado pelo Ibase apresenta 51 indicadores, dos quais apenas oito são qualitativos, o que evidencia seu caráter fortemente quantitativo. Esses indicadores apresentam dados de dois exercícios anuais da empresa, distribuídos em 7 categorias: Base de Cálculo, Indicadores Sociais Internos, Indicadores Sociais Externos, Indicadores Ambientais, Indicadores do Corpo Funcional, Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial e Outras Informações Relevantes (IBASE, 2008).

## 2.3 Guia de indicadores de responsabilidade social da ONU

Em âmbito internacional, em 2008 a ONU lançou o Guia de Elaboração de Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa em Relatórios Anuais, que recomenda a evidenciação de indicadores nos relatórios anuais das empresas.

O Guia da ONU trata dos *stakeholders* e das informações de que necessitam. Apresenta os critérios de seleção dos indicadores e as características qualitativas correspondentes (informações). São elas: comparabilidade, relevância e materialidade, compreensibilidade, confiança e verificabilidade. São também apresentados os princípios que devem nortear a elaboração e a apresentação dos indicadores: universalidade, para maximizar

a comparabilidade; capacidade de consistência na avaliação; orientação para desempenho mais que para processo e informações; e contribuições positivas para o desenvolvimento das nações. O Guia da ONU registra também as limitações (custos e benefícios, confidencialidade e oportunidade) do processo de elaboração dos indicadores.

Os 16 Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa do Guia da ONU foram distribuídos em seis grupos: Comércio, investimentos e outros aspectos a eles relacionados; Criação de emprego e práticas laborais; Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos; Saúde e segurança; Governo e contribuições à comunidade; e Corrupção (UNITED NATIONS, 2008).

O primeiro grupo compreende quatro indicadores: Faturamento total, Valor das importações x exportações, Total de novos investimentos e Compras locais. O total de receitas de uma empresa apresenta a sua relevância para a economia regional. A importância do segundo indicador relaciona-se ao poder de gerenciamento das reservas de moeda das nações, e consiste em identificar o valor das exportações de uma empresa em relação a suas importações. Novos investimentos, tanto em bens tangíveis como em intangíveis, podem gerar impactos na economia, como o aumento da capacidade produtiva, e na sociedade, como a redução da pobreza. O valor das Compras locais possibilita dimensionar a relação entre a empresa e a economia local (UNITED NATIONS, 2008).

Mão de obra total, Salários e benefícios aos empregados, Taxa de rotatividade e Porcentagem dos empregados abrangidos por acordos coletivos constituem os quatro indicadores do grupo denominado Criação de emprego e práticas laborais. O indicador Mão de obra total é analisado por tipo de emprego, contrato e gênero, e evidencia os efeitos positivos da criação de empregos e dos esforços da organização no combate à discriminação e desrespeito aos direitos humanos. O valor referente ao pagamento de Salários e benefícios aos empregados favorece o desenvolvimento das comunidades onde vivem os empregados. A Taxa de rotatividade possibilita identificar as políticas de recursos humanos praticadas e realizar comparações entre empresas. A Porcentagem dos empregados protegidos por acordos coletivos demonstra a possibilidade de obtenção de pactos trabalhistas, representando maior grau de desenvolvimento social (UNITED NATIONS, 2008).

O grupo Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos abrange três indicadores: Gastos em pesquisa e desenvolvimento, Média de horas de treinamento por empregado e Gastos com treinamento de empregados. Os Gastos em pesquisa e desenvolvimento são importantes, porque podem resultar em vantagens competitivas. Relacionados a tecnologia estão (1) a Média de horas de treinamento por ano/empregado, analisada por categoria de emprego; e (2) os Gastos com treinamento por ano e por funcionário, analisados por categoria de empregado (UNITED NATIONS, 2008).

O grupo Saúde e segurança está representado por dois indicadores: Custo da saúde e segurança dos empregados e Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho. O custo da Saúde e a Segurança dos empregados constitui item de grande responsabilidade da empresa. Reduzidos investimentos nessa área podem ocasionar baixa produtividade e prejuízo, sintomas de baixa qualidade gerencial. O valor do segundo indicador reflete a importância que a empresa confere à saúde e à segurança de seus empregados, estabelecendo uma relação inversamente proporcional com o valor do primeiro (UNITED NATIONS, 2008).

O grupo Contribuições ao governo e à sociedade apresenta dois indicadores: Pagamentos ao governo e Contribuições voluntárias à sociedade. O pagamento de impostos e taxas pelas empresas, percebido em termos de valor pelo indicador Pagamentos ao governo, assume relevância econômica na medida em que pode constituir reforço para as finanças do estado. Muitas empresas fornecem suporte às comunidades que as acolhem por meio de doação em dinheiro, produtos ou serviços. Essas contribuições podem resultar, por exemplo,

na melhoria da infraestrutura local, com saneamento, escolas e hospitais (UNITED NATIONS, 2008).

O sexto grupo, denominado Corrupção, apresenta o indicador Número de condenações por violação de leis. Considera a quantidade e o valor das multas pagas, fornecendo informações aos *stakeholders* sobre as responsabilidades legais de determinada empresa (UNITED NATIONS, 2008).

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como de natureza quantitativa e qualitativa, utilizando-se como ferramenta investigativa a pesquisa documental. É considerada quanti-qualitativa, pois, além de usar a população efetiva e ferramentas estatísticas, também estuda em profundidade esse tema por meio do exame de documentos publicados pelas empresas participantes da pesquisa. Para a realização do estudo, foram levantados e examinados os dados e as informações disponíveis no portal eletrônico da BM&FBovespa e nos portais eletrônicos institucionais das empresas pesquisadas. Foram analisadas informações contidas nos seguintes arquivos: relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade, relatórios da administração, balanços sociais, Informações Anuais e Demonstrações Financeiras Padronizadas. Ressalta-se que as informações referem-se ao exercício social de 2008.

A pesquisa abrange o total das empresas de capital aberto sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e as maiores empresas de capital aberto, segundo o Ativo Total, sediadas na região Sudeste, dentre aquelas listadas na BM&FBovespa, em 29 de agosto de 2009, incluindo os segmentos Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2. Foi identificada uma população de 43 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Duas dessas empresas, a Gradiente e o Banco do Estado do Piauí, foram excluídas da pesquisa, por não haverem disponibilizado informações relativas ao exercício social de 2008 até a data final da coleta de dados, que se realizou no período de outubro de 2009 a janeiro de 2010. Portanto, a pesquisa foi realizada com 41 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, para possibilitar comparações e análises consistentes, igual número de empresas da região Sudeste, totalizando uma amostra de 82 companhias.

A análise do *disclosure* social voluntário das empresas baseou-se na técnica Análise de Conteúdo, que, segundo Bardin (1977), estuda a natureza das mensagens e pode ser aplicada em conteúdos diversificados. De acordo com Beretta e Bozzolan (2007), a análise de conteúdo é um dos métodos mais utilizados nos estudos sobre *disclosure*.

Para facilitar a compreensão da análise dos dados, o Quadro 1 apresenta as categorias e subcategorias de informações sociais analisadas nas empresas pesquisadas, compreendidas nos dezesseis indicadores reunidos nos seis grupos de Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa cuja evidenciação é recomendada pelo Guia da ONU.

Com base nos Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa da ONU, representados pelas categorias e subcategorias identificadas no Quadro 1, foi elaborado um instrumento de coleta. Exemplares do instrumento foram preenchidos com os dados das 82 empresas e, posteriormente, agrupados, para as necessárias análises e testes das hipóteses.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>
Comércio, investimentos e relações	1. Faturamento bruto total
	2. Valor das importações <i>versus</i> Exportações
	3. Total de novos investimentos
	4. Compras locais
Criação de empregos e práticas empregatícias	5. Mão de obra total – analisada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero
	6. Salários e benefícios para os empregados – analisados por tipo de emprego e gênero
	7. Número total e taxa de rotatividade de funcionários – analisados por gênero
	8. Porcentagem dos empregados abrangidos por acordos coletivos

Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos	9. Gastos em pesquisa e desenvolvimento
	10. Média de horas de treinamento por ano por empregado – analisado por categoria de empregado
	11. Gastos com treinamento por ano e por empregado – analisado por categoria de empregado
Saúde e segurança	12. Custo da saúde e segurança dos funcionários
	13. Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho
Contribuições ao governo e à sociedade	14. Pagamentos ao governo
	15. Contribuições voluntárias à sociedade civil
Corrupção	16. Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados à corrupção e o valor de multas pagas/a pagar

Fonte: Adaptado de United Nations (2008)

Quadro 1: Categorias e subcategorias de análise, segundo o Guia de Elaboração de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais, da ONU

Em um primeiro momento, delineou-se analisar as informações sociais e a forma de sua evidenciação pelas empresas. Para cada empresa, obteve-se um nível de evidenciação, considerando a abrangência de divulgação (total, parcial e nula) dos indicadores estabelecidos no Guia da ONU. Entende-se por Divulgação Total os dados que foram evidenciados segundo os critérios recomendados pelo Guia da ONU. Aplicou-se o critério Divulgação Parcial para os dados cuja evidenciação não atendia integralmente aos critérios estabelecidos pelo Guia. O critério Divulgação Nula foi utilizado quando não houve evidenciação do respectivo indicador. Para cada forma de evidenciação atribuiu-se uma pontuação: Total, 2; Parcial, 1; e Nula, 0. Portanto, cada empresa poderia obter o máximo de 32 pontos, levando-se em conta a possibilidade de pontuação máxima (2 pontos) por cada um dos 16 indicadores.

Após a análise das informações evidenciadas, fez-se inicialmente uma análise descritiva da variável nível de evidenciação estudada, utilizando-se o diagrama “caixa-de-bigodes” ou diagrama de Boxplot. Segundo Hair *et al* (2005), os limites superior e inferior do diagrama (caixa) marcam os quartis superior e inferior da distribuição dos dados. O comprimento da caixa corresponde à distância entre o vigésimo quinto percentil (1º quartil) e o septuagésimo quinto percentil (3º quartil), de maneira que a caixa contém 50% dos valores centrais dos dados. Se a mediana se encontra próximo a um dos extremos da caixa, isso indica assimetria naquela direção. Quanto maior for a caixa, maior a dispersão das observações.

Em seguida, foram realizados os testes estatísticos para se investigar se há diferença no nível de evidenciação entre as 41 maiores empresas, segundo o Ativo Total, da região Sudeste, e o conjunto de 41 empresas sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para tanto, foram levantadas duas hipóteses:

$H_0$ : a média do nível de evidenciação das 41 empresas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste é igual à das 41 maiores empresas do Sudeste;

$H_1$ : a média do nível de evidenciação das 41 maiores empresas do Sudeste é maior que a média das 41 empresas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

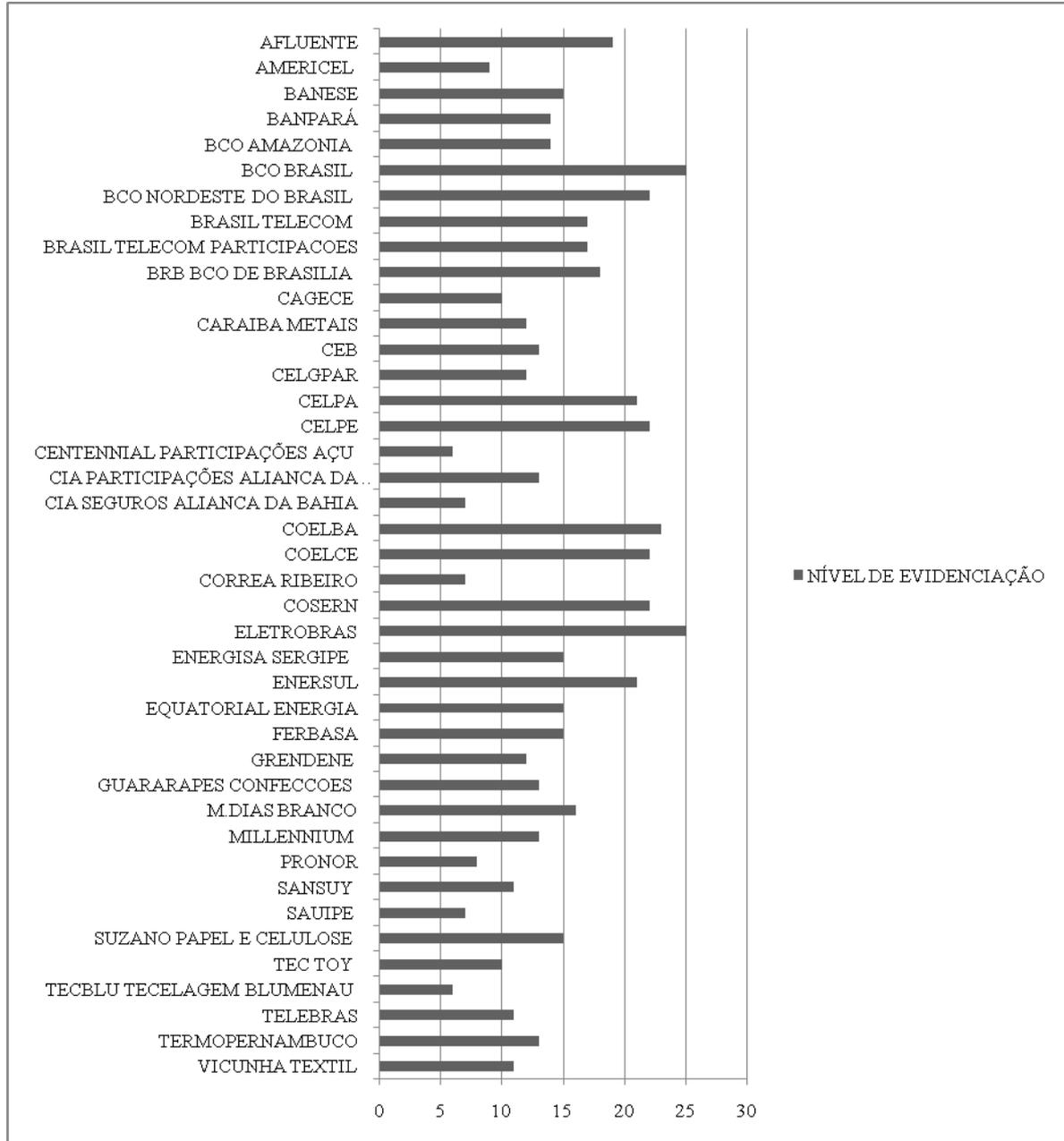
Foram aplicados o teste de Kolmogorov-Smirnov, para testar a normalidade dos dados; o teste de Levene, para avaliar se as variâncias dos dois grupos eram homogêneas (homocedasticidade); e o teste T de igualdade de médias, para duas amostras independentes. O teste de normalidade se fez necessário pelo fato de o teste de média só ter eficácia se a amostra seguir uma distribuição normal.

Os dados foram tratados utilizando-se os programas Microsoft Excel e SPSS. Os gráficos de barras apresentados a seguir foram construídos por meio do Microsoft Excel.

#### **4. RESULTADOS DA PESQUISA**

##### **4.1 Análise da evidenciação voluntária das informações sociais das empresas pesquisadas**

O Gráfico 1 mostra os níveis de evidenciação alcançados pelas 41 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, levando em conta o critério de pontuação ponderada adotada para identificar a evidenciação (Total, 2; Parcial, 1; e Nula, 0), conforme apresentado na metodologia.

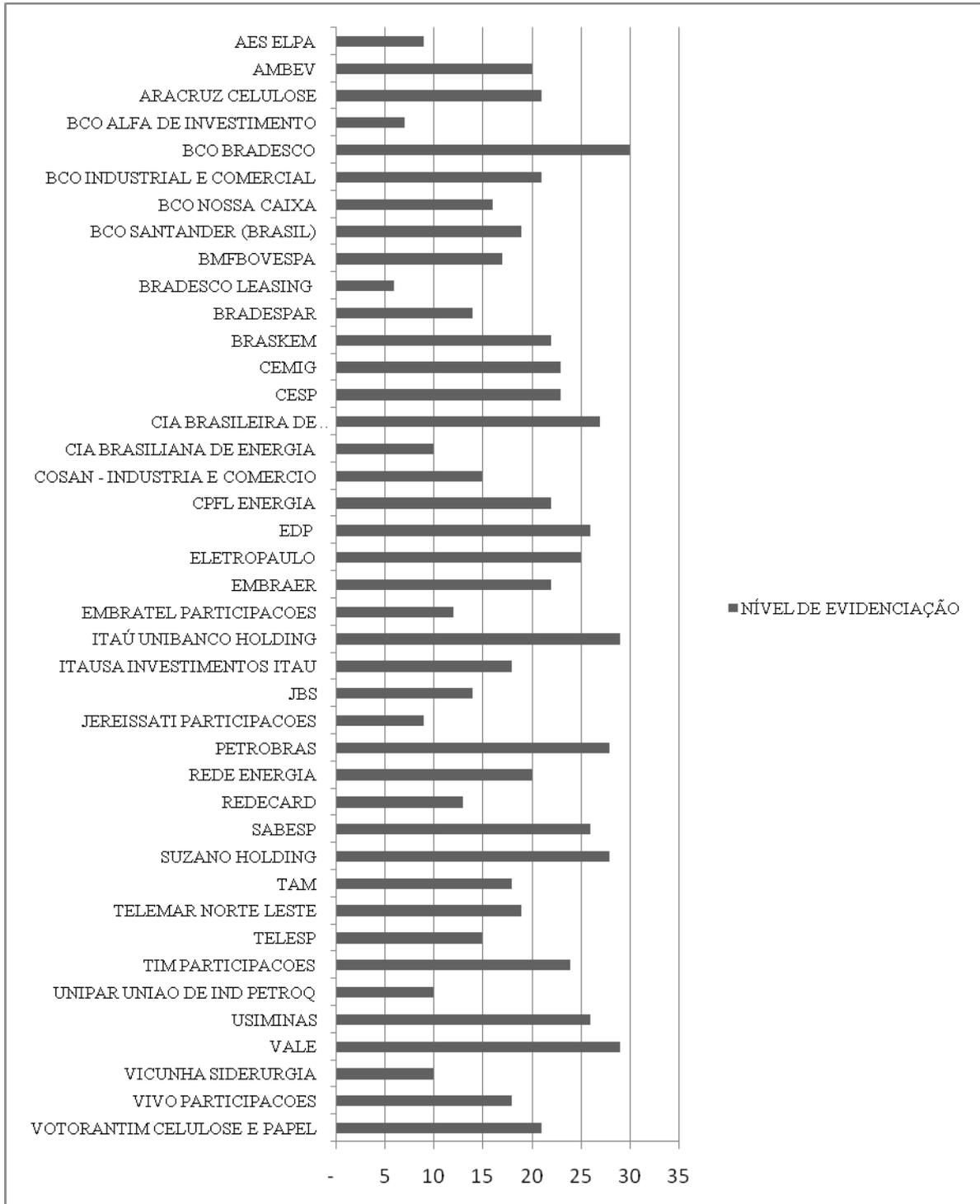


Fonte: Elaborado pelos Autores

Gráfico 1: Níveis de Evidenciação das empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa da ONU

Das 41 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, duas (Banco do Brasil e Eletrobrás) registraram o maior nível de evidenciação com 25 pontos cada (78,1% da evidenciação máxima). Outras duas empresas (Centennial Participações Açú S. A. e a Tecblu Tecelagem Blumenau) assinalaram o menor nível de evidenciação, com 6 pontos cada (18,7% da evidenciação máxima).

O Gráfico 2 apresenta os níveis de evidenciação registrados pelas 41 empresas da região Sudeste, levando em conta o critério de pontuação ponderada já mencionado (Total, 2; Parcial, 1; e Nula, 0).



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 2: Níveis de Evidenciação das empresas da região Sudeste do Brasil, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa da ONU

Das 41 empresas da região Sudeste, uma (Banco Bradesco S. A.) assinalou o maior nível de evidenciação, com 30 pontos (93,7% da evidenciação máxima). A empresa Bradesco

Leasing Arrendamento Mercantil S. A. registrou o menor nível de evidênciação, com 6 pontos (18,7% da evidênciação máxima).

Quatro indicadores estiveram presentes em todas as 82 empresas investigadas: Faturamento total; Pagamentos ao governo; Salários e benefícios para os empregados por tipo de emprego e gênero; e Compras locais. Os dois primeiros foram evidenciados totalmente e os seguintes parcialmente. Destaca-se que o indicador Salários e benefícios para os empregados por tipo de emprego e gênero foi evidenciado totalmente por apenas 5 empresas. A evidênciação desses indicadores deve-se à inclusão dessas informações na Demonstração de Resultados e na Distribuição do Valor Adicionado, ambas legalmente exigidas para as empresas de capital aberto. A única exceção foi a empresa Centennial Participações Açú S. A., que não evidenciou os Salários e benefícios para os empregados por tipo de emprego e gênero.

No conjunto das 41 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os dois indicadores mais evidenciados foram: Total de novos investimentos, com evidênciação em 34 empresas (82,9% do total); e Contribuições voluntárias à sociedade civil, com evidênciação de 32 empresas (78% do total). Esses indicadores estavam consignados nos respectivos relatórios da administração.

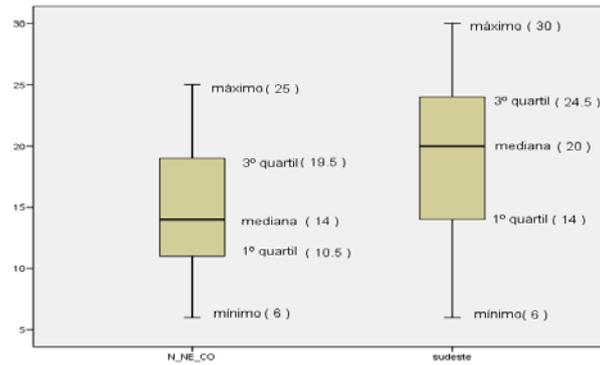
No grupo das 41 empresas da região Sudeste, esses dois indicadores também foram os mais evidenciados, destacando-se a presença de um terceiro indicador que alcançou a mesma pontuação que o segundo mais evidenciado: Total de novos investimentos, com evidênciação em 38 empresas (92,7% do total); Contribuições voluntárias à sociedade civil e Mão de obra total – analisada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero, com evidênciação em 35 empresas (85,4% do total).

Os dois indicadores menos evidenciados no conjunto das 41 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram: Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho, com evidênciação em duas empresas (4,9% do total); e Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados a corrupção e o valor de multas pagas/a pagar, com evidênciação em 7 empresas (17,1% do total). Idêntico comportamento ocorreu na região Sudeste, sendo o primeiro indicador evidenciado por 16 empresas (39% do total) e o segundo, por 17 empresas (41,5% do total). Esses indicadores estavam consignados nos respectivos balanços sociais.

O presente estudo apresenta alguns resultados similares aos encontrados na pesquisa de Oliveira *et al* (2009), cujos indicadores mais evidenciados foram Faturamento total, Total de novos investimentos, Pagamentos ao governo e Contribuições voluntárias à sociedade civil, enquanto os menos evidenciados foram Média de horas de treinamento por ano por empregado, Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho, Porcentagem de empregados cobertos por acordos coletivos e Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados a corrupção e valor das multas pagas/a pagar. Destaca-se que o indicador Compras locais foi encontrado mais vezes neste estudo do que na pesquisa de Oliveira *et al* (2009), o que pode ser explicado pelo fato de a Demonstração do Valor Adicionado não ser legalmente exigida para as companhias abertas no ano 2007, período analisado naquela pesquisa.

#### **4.2 Análise estatística da evidênciação voluntária de informações sociais nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste**

Para o tratamento dos dados, inicialmente foi feita uma análise descritiva da variável nível de evidênciação estudada, com o auxílio do diagrama “caixa-de-bigodes” ou diagrama de Boxplot, conforme mencionado na metodologia e ilustração no Gráfico 3.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 3: Diagrama Boxplot para o nível de evidência no conjunto das 41 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e nas 41 da região Sudeste

Na análise do diagrama Boxplot, percebe-se que as 41 empresas da região Sudeste assinalaram níveis de evidência maiores que os das 41 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Boxplot demonstra que o conjunto das 41 empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentou o nível de evidência máximo, com 25 pontos, alcançado pelo Banco do Brasil e pela Eletrobrás. Para a região Sudeste, o valor máximo alcançado somou 30 pontos, assinalado pelo Banco Bradesco, que registrou o maior nível de evidência em toda a análise. Os valores mínimos alcançados são representados no Boxplot pela linha inferior, que mostra o valor correspondente a 6 pontos, representados pelas empresas TecBlu Tecelagem e Bradesco Leasing. A mediana ficou em 14, para as empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e em 20 para as empresas do Sudeste. A análise gráfica do Boxplot mostra que o conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentou o 1º quartil igual a 10,5; ou seja, 25% das empresas possuem nível de evidência inferior a 10,5 e 75% superior a 10,5 e o 3º quartil igual a 19,5 (75% das empresas possuem nível de evidência inferior a 19,5 e 25% superior a 19,5). A região Sudeste apresentou 14 e 24,5 respectivamente para o 1º quartil e 3º quartil, demonstrando um nível de evidência mais elevado do que o das empresas do conjunto das demais regiões.

Para se ter ideia de como se comporta a distribuição dos dados referentes ao nível de evidência para as duas regiões analisadas, foi construído um histograma para cada grupo. Como a variável estudada é discreta, ou seja, só assume valores inteiros, foi feita uma aproximação para uma variável contínua, valendo assinalar que, segundo Toledo e Ovalle (1985, p. 53), quando “uma variável em estudo for contínua, será sempre conveniente agrupar os valores observados em classes. Se, por outro lado, a variável for discreta e o número de valores representativo desta variável for muito grande, recomenda-se o agrupamento dos dados em classes”.

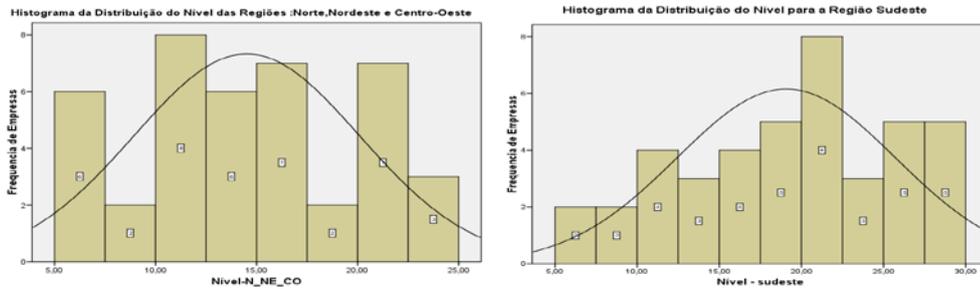
Desse modo, foi realizado o teste não paramétrico de Kolmogorov-Smirnov para testar se as amostras seguiam uma distribuição normal, o qual, segundo Sokal e Rohlf (1997), pode ser aplicado para testar se a característica estudada das amostras é oriunda de uma população com distribuição normal. O resultado do teste de normalidade é mostrado na Tabela 1.

Tabela 1: Teste de Normalidade – Kolmogorov-Smirnov

	Norte, Nordeste e Centro-Oeste		Sudeste
	Centro-Oeste		
N	41		41
Média	14,51		19,07
Desvio-padrão	5,58		6,65
Kolmogorov-Smirnov	0,64		0,54
Nível Descrito	0,81		0,93

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao nível de significância de 5%, ambos os grupos possuem uma distribuição normal. Observa-se que o nível descritivo para o conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foi de 0,81, e de 0,93 para o Sudeste, muito superior, portanto, ao nível de significância (5%). O Gráfico 4 apresenta o histograma de distribuição de frequência para o grupo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para o da região Sudeste.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 4: Histogramas de distribuição do nível de evidenciação para o conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para o Sudeste

A importância dessas distribuições é que, a partir dela, pode-se inferir parâmetros populacionais tais como média e variância, sendo possível também construir intervalos de confiança e teste de hipóteses. Dessa forma, foi construído um intervalo de confiança para a média dos níveis de evidenciação, com 95% de confiança, para os níveis médios do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para a região Sudeste, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Intervalo de confiança para a média

Regiões	Média	Intervalo de 95% para o nível médio	
		Inferior	Superior
Norte, Nordeste e Centro-Oeste	14,51	12,75	16,27
Sudeste	19,07	16,98	21,17

Fonte: Elaborada pelos autores.

Antes de ser realizado o teste de igualdade de médias, verificou-se ainda se havia diferença significativa entre as variâncias dos dois grupos de empresas, utilizando-se um teste para avaliar a homocedasticidade das variâncias, conhecido nos meios acadêmicos como teste de Levene, que não exige que a distribuição dos dados seja normal. A partir do teste, verifica-se que a 5% de significância, a hipótese de igualdade de variâncias não foi rejeitada com o nível descritivo “ $p\text{-valor} = 0.24 > 5\%$ ”, ou seja, as variâncias populacionais nos dois grupos são desconhecidas, porém iguais.

Foi realizado, então, um teste de igualdade de médias para duas amostras independentes, com vistas a se testar se a média dos níveis de evidenciação do grupo das empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste é estatisticamente diferente da média referente às empresas da região Sudeste (Tabela 3). Segundo Triola (1999), duas amostras são independentes se a amostra extraída de uma das populações não tem qualquer relação com a amostra extraída da outra população. A Tabela 3 mostra o resultado do teste de média.

Tabela 3: Teste T para a igualdade das médias dos níveis de evidenciação

Teste-T para a Igualdade de Médias					
F	T	Graus de	P-Valor	Diferença das	Intervalo de Confiança para

					Inferior	Superior
1,42	-3,37	80	0	-4,56	-7,26	-1,86

Fonte: Elaborada pelos autores.

Se as médias dos níveis de evidenciação forem iguais, a diferença das médias deverá ser igual a zero. Ao nível de significância de 5%, o teste de média apresentou um nível descritivo igual a zero ( $p\text{-valor} = 0 < 5\%$ ), indicando que a hipótese  $H_0$  foi rejeitada com 95% de confiança. Portanto, os níveis médios para os dois grupos de empresas são significativamente diferentes. Esse resultado também pode ser interpretado a partir do intervalo para a diferença de médias, pois o valor “zero” não está incluído no intervalo entre -7,26 e -1,86. A média para a região Sudeste foi 19,07, e a da região consolidada foi 14,51. Dessa forma, pode-se concluir, com 95% de confiança, que a diferença das médias é diferente de zero e que a média dos níveis de evidenciação da região Sudeste é maior do que a média do conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Portanto, rejeita-se  $H_0$  e aceita-se  $H_1$ , com 95% de confiança.

## 5. CONCLUSÕES

O principal objetivo deste estudo foi investigar a evidenciação voluntária de informações sociais de empresas listadas na BM&FBovespa, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa contidos no Guia da ONU.

A pesquisa demonstra que os indicadores mais evidenciados são aqueles exigidos pela legislação vigente no país como, por exemplo, os indicadores referentes ao Faturamento total, Pagamentos ao governo e Salários e benefícios. Assim, quanto ao grupo de indicadores de responsabilidade social do Guia da ONU, não se pode afirmar que haja evidenciação voluntária plena por parte das empresas pesquisadas, pois os itens mais evidenciados são aqueles obrigatórios por força legal. Os resultados apontam que os indicadores menos evidenciados são os de caráter não financeiro. Esses indicadores deveriam ser mais evidenciados, com vistas a aumentar a transparência para os *stakeholders*.

No conjunto das empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os três indicadores não obrigatórios mais evidenciados, em ordem decrescente, foram: 1) Total de novos investimentos; 2) Contribuições voluntárias à sociedade civil; e 3) Mão de obra total – analisada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero. Os três indicadores menos evidenciados, em ordem decrescente, foram: 1) Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho; 2) Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados a corrupção e valor das multas pagas/a pagar; e 3) Média de horas de treinamento por ano por empregado – segregada por categoria de emprego. Nas empresas da região Sudeste, os três indicadores não obrigatórios mais evidenciados e os três menos evidenciados foram os mesmos do grupo consolidado, demonstrando que as empresas analisadas, independentemente da localização, possuem semelhantes características de evidenciação.

Nenhuma empresa apresentou nível de evidenciação máxima (32 pontos) dos indicadores da ONU, de acordo com a metodologia adotada. As empresas que se destacaram no nível de evidenciação foram: Banco do Brasil e a Eletrobrás (ambas com 25 pontos), pertencentes ao grupo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e o Banco Bradesco (30 pontos), pertencente à região Sudeste. Ressalta-se que, apesar de situadas no conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as empresas Banco do Brasil e Eletrobrás são consideradas grandes empresas em seus respectivos setores econômicos e atuam em âmbito nacional, assim como a empresa destaque da região Sudeste.

Os testes estatísticos revelaram que ambas as amostras (empresas da região Sudeste e empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste) seguem uma distribuição normal e que

a variância populacional é igual. O teste de média demonstrou que a média dos níveis de evidenciação é estatisticamente diferente para os dois grupos de região, concluindo-se que as empresas da região Sudeste possuem o nível de evidenciação estatisticamente significante maior que o do conjunto das empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (H1). Esse resultado pode ser explicado pelo fato de a região Sudeste concentrar as maiores empresas do país, corroborando pesquisas anteriores (DIAMOND; VERRECHIA, 1991; GHOSE, 2006), que identificam nível de evidenciação mais elevado em empresas maiores.

Concluindo à luz da teoria da evidenciação voluntária e da relevância da divulgação das informações sociais não obrigatórias para os diversos usuários, chama-se a atenção para os baixos resultados alcançados pelas empresas pesquisadas no tocante aos níveis de evidenciação dos indicadores de responsabilidade social corporativa do Guia da ONU.

O estudo da evidenciação social voluntária pelas empresas brasileiras ainda é muito incipiente. Assim, sugere-se a continuidade da pesquisa sobre o tema, investigando-se um número maior de empresas, setores econômicos diversos, ou, ainda, analisando-se o nível de evidenciação de informações sociais voluntárias levando em conta outro conjunto de indicadores sociais.

## Referências

ANDERSON, Jonh C.; FRANKLE, Alan W. Voluntary social reporting: an iso-beta portfolio analysis. *The Accounting Review*, Sarasota, v. 55, n. 3, p. 467-479, July, 1980.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERETTA, Sérgio; BOZZOLAN, Saverio. Quality versus quantity: the case of forwardlooking disclosure. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, Forthcoming, 2008. *Social Science Research Network*. Disponível em: <<http://www.ssrn.com>>. Janeiro 2007. Acesso em: 15 set. 2008.

DIAMOND, Douglas; VERRECCHIA, Robert. Disclosure, liquidity and the cost of capital. *Journal of Finance*, v. 46, p. 1325-1360, 1991.

DYE, Ronald. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, p. 181-235, 2001.

GHOSE, Anindya. Information disclosure and regulatory compliance: economic issues and research directions. *Social Science Research Network*. Disponível em: <<http://www.ssrn.com>>. Julho 2006. Acesso em: 12 set. 2008.

GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. *Accounting theory and practice*. 5. ed. London: Pitman, 1994.

HAIR, J. F. et al. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

HOSSAIN, Mohammed. The extent of disclosure in annual reports of banking companies: the case of India. *American Accounting Association Annual Meeting*, 2008, Anaheim.

IBASE. *Balço social: o desafio da transparência*. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO ETHOS. *Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade*. São Paulo, 2007.

LEUZ, Christian; WYSOCKI, Peter. Economic consequences of financial reporting and disclosure regulation: a review and suggestions for future research. *Social Science Research Network*. Disponível em: <<http://www.ssrn.com>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

MEEK, Gary; ROBERTS, Clare; GRAY, Sid. Factors influencing voluntarily annual report disclosure by U.S., U.K., and continental European multinational corporations. *Journal of International Business Studies*, v. 26, p. 555-572, 1995.

OLIVEIRA, Marcelle C. et al. *Divulgação dos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU pelas empresas brasileiras*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. Associação Brasileira de Custos, 2009.

PELIANO, Anna Maria T. (Coord.) et al. *A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas no Brasil*. Brasília: Ipea, 2002.

RAMANATHAN, Kavasseri V. Toward a theory of corporate social accounting. *The Accounting Review*, Sarasota, v. 51, n. 3, p. 516-528, July, 1976.

RICHARDSON, Alan J.; WELKER, Michael. Social disclosure, financial disclosure and the cost capital of equity capital. *Accounting Organizations and Society*, v. 26, p. 597-616, 2001.

RICHARDSON, Alan J.; WELKER, Michael; HUTCHINSON, Ian R. Managing capital market reactions to corporate social responsibility. *Internacional Journal of Management Reviews*, v. 1, p. 17-43, 1999.

SCOTT, D. R. The basis of accounting principles. *The Accounting Review*, Sarasota, v. 16, n. 4, p. 341-349, Dec. 1941.

SOKAL, R. R.; ROHLF, J. F. *Biometry: the principles and practice of statistics in biological research*. 3. ed. New York: W. H. Freeman and Company, 1997. p. 850.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. *Estatística básica*. 2. ed., 4. tir., São Paulo: Atlas, 1985. p. 53.

TRIOLA, Mário F. *Introdução à estatística*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. p. 206.

UNITED NATIONS. *Guidance on corporate responsibility indicators in annual reports*. United Nations: New York and Geneva, 2008.

VANSTRAELEN, Ann; ZAZERSKI, Marilyn T.; ROBB, Sean W. G. Corporate nonfinancial disclosure practices and financial analyst forecast ability across three European countries. *Journal of Internacional Financial Management and Accounting*, p. 249-278, 2003.

VERRECCHIA, Robert. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, p. 97-180, 2001.